

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**GABRIELA DE FREITAS**

**ORIENTAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR E NO REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO DO  
PARANÁ**

**SANTA HELENA**

**2021**

**GABRIELA DE FREITAS**

**ORIENTAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR E NO REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO DO  
PARANÁ**

**Sexual Orientation in the common national curriculum base and in the  
curriculum framework of the state of Paraná**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentada como requisito para obtenção do título  
de Licenciado Licenciatura em Ciências Biológicas da  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
(UTFPR).

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosangela Araujo Xavier  
Fujii

**SANTA HELENA**

**2021**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

**GABRIELA DE FREITAS**

**ORIENTAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR E NO REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO DO  
PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado como requisito para obtenção do título  
de Licenciado em Ciências Biológicas da  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
(UTFPR).

Data de aprovação: 30 / novembro / 2021

---

Rosangela Araujo Xavier Fujii  
Titulação (Doutorado)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

---

Kellys Regina Rodio Saucedo  
Titulação (Doutorado)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

---

Camila Beatriz Kummer Fochezatto  
Titulação (Licenciada em Ciências Biológicas)  
Escola Municipal Tiradentes  
Colégio Santo Antônio

**SANTA HELENA**

**2021**

## RESUMO

FREITAS, Gabriela. **Orientação Sexual na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Estado do Paraná**, 2021. 34 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas), Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, 2021.

Com a institucionalização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) direcionados à educação para o exercício da cidadania, a Orientação Sexual teve um reconhecimento oficial de sua necessidade e importância enquanto ação educativa escolar. Todavia, atualmente a temática voltou a ser debatida em diferentes âmbitos sociais em virtude do Movimento Escola Sem Partido, que se posiciona contrário à abordagem de temáticas como gênero e sexualidade nas escolas afirmando que a responsabilidade da educação sexual compete às famílias. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar como documentos e orientações curriculares nacionais e estaduais abordam a temática Orientação Sexual para o processo de ensino e aprendizagem escolar. Metodologicamente a pesquisa se caracterizou como uma pesquisa bibliográfica e documental a partir da análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular do Paraná e Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). A identificação da abordagem do tema Orientação Sexual nestes documentos foi realizada mediante a busca das seguintes palavras-chave: Orientação Sexual, educação sexual, sexualidade e gênero. Essa pesquisa constatou que no documento da BNCC o termo Orientação e Educação Sexual e Gênero não estão presentes, somente a sexualidade é abordada, poucas vezes nos anos finais do ensino fundamental, especificamente no oitavo ano. O Referencial curricular do Paraná segue as mesmas competências da BNCC, neste documento curricular o termo orientação sexual aparece em uma citação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, e no texto introdutório, já o termo sexualidade é empregado na apresentação do objeto de conhecimento e nos objetivos de aprendizagem dos oitavos anos, enquanto o termo gênero e educação sexual não são citados. O Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) é um documento que complementa o Referencial curricular do Paraná, neste documento a palavra gênero aparece uma única vez, enquanto a palavra sexualidade aparece mais constantemente sendo ampliada a sua discussão no ensino fundamental anos finais.

**Palavras chave:** Orientação Sexual. BNCC. Educação sexual. Gênero

## ABSTRACT

FREITAS, Gabriela. **Sexual Orientation in the common national curriculum base and in the curriculum framework of the state of Paraná.** 2021. 34 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas), Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, 2021.

With the institutionalization of the National Curriculum Parameters (PCNs) aimed at education for the exercise of citizenship, Sexual Orientation had an official recognition of its need and importance as a school educational action. However, currently, the theme has been debated again in different social spheres due to the Escola Sem Partido Movement, which is against the approach of themes such as gender and sexuality in schools, stating that the responsibility of sexual education is incumbent on families. In this context, the aim of this study was to analyze how national and state curriculum documents and guidelines address the topic of Sexual Orientation in the process of teaching and learning at school. Methodologically, the research was characterized as a bibliographical and documentary research based on the analysis of the Common National Curriculum Base (BNCC), Curriculum Reference of Paraná and Curriculum of the Paraná State Network (CREP). The identification of the approach to the topic of Sexual Orientation in these documents was carried out by searching for the following keywords: Sexual Orientation, sexual education, sexuality and gender. This research found that in the BNCC document the term Sexual Orientation and Education and Gender are not present, only sexuality is addressed, rarely in the final years of elementary school, specifically in the eighth year. The curriculum framework of Paraná follows the same competencies as BNCC, in this curriculum document the term sexual orientation appears in a quote from the National Curriculum Guidelines for Basic Education, and in the introductory text, the term sexuality is used in the presentation of the object of knowledge and in the eighth grade learning goals, while the term gender and sex education are not mentioned. The Curriculum of the Paraná State Network (CREP) is a document that complements the Curriculum Reference of Paraná, in this document the word gender appears only once, while the word sexuality appears more constantly, its discussion being expanded in the final years of elementary school.

**Keywords:** Sexual Orientation. BNCC. Sex education. Genre

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa da BNCC	21
Figura 2 - Organização da BNCC para educação básica	22
Figura 3 - Organização da BNCC para educação básica	22
Figura 4 - Capa do Referencial curricular do Paraná	27
Figura 5 - Capa do Currículo da Rede estadual Paranaense	30

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>13</b>
2.1	Objetivo geral.....	13
2.2	Objetivos específicos.....	13
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>13</b>
3.1	A história da Orientação Sexual no ambiente escolar .....	13
3.2	A importância da Orientação Sexual nas escolas.....	15
<b>4</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>18</b>
4.1	Pesquisa bibliográfica e documental .....	18
4.2	Abordagem qualitativa .....	19
4.3	Constituição e análise dos dados .....	19
<b>5</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	<b>20</b>
5.1	Base Nacional Comum Curricular- BNCC .....	20
5.2	Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações.....	26
5.3	Currículo da Rede Estadual do Paranaense (CREP) .....	29
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO</b> .....	<b>32</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>34</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1920, a implementação dos estudos de Orientação Sexual<sup>1</sup> nas escolas começou a ser discutida por profissionais e setores sociais, como educadores, políticos, profissionais da área de saúde e intelectuais, no entanto neste período a igreja tinha grande influência sobre as decisões governamentais, sendo contrária a inclusão deste assunto nos currículos escolares oficiais. Nesse contexto, em 1933 foi criado o Círculo Brasileiro de Educação Sexual voltado à publicação de boletins para a discussão da educação e higiene entre os jovens (CESAR, 2009). Mais tarde foram criados projetos de lei, como por exemplo, a PL 1035/1968 da deputada do Rio de Janeiro Julia Steinbruch que teve como premissa a inclusão da Orientação Sexual nos currículos escolares, e mesmo com o apoio de movimentos feministas e de intelectuais, não foi aprovado (BUENO; RIBEIRO, 2018).

Em meados da década de 1990, foi instituído os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que institucionalizou a temática sexual como transversal, ou seja, um assunto que deveria ser trabalhado de forma multidisciplinar em todas as disciplinas escolares. No ano de 2010 ouve a criação das Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual do Estado do Paraná (2010) onde os saberes expostos dizem respeito a uma crítica em relação aos conhecimentos tradicionalmente veiculados nos textos pedagógicos, sendo um conjunto de alertas e reflexões críticas sobre os caminhos que não deverão ser percorridos. Essas diretrizes se apresentam como reflexões que problematizam os saberes normatizados e naturalizados, sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual (PARANÁ, 2010).

---

<sup>1</sup> Embora exista uma polissemia do termo "Orientação Sexual" podendo se referir tanto a maneira como cada indivíduo expressa sua afetividade e sexualidade e como aos estudos em sexualidade que engloba todos os aspectos da nossa personalidade: valores, crenças, desejos, relações, pensamentos e sentimentos. Neste trabalho Orientação Sexual é entendido como o estudo em sexualidade e conforme utilizado e preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Quando o termo for mencionado sobre essa definição no texto será grafado com iniciais maiúsculas. Quando no texto o uso do termo estiver relacionado a diversidade sexual, ou seja, a atração física, afetiva ou social por uma pessoa virá explicado ou o mais apropriado grafado em iniciais minúsculas.



Atualmente assuntos relacionados a Sexualidade foram incluídos também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), como conteúdo curricular da disciplina de Ciências, com ênfase à abordagem biológica. Segundo a Lei Nº 13.411/ 2017 que alterou o Art. 26 da Lei 9. 394/1996, § 7º a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.

Segundo Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN), implementado pelo Ministério da Educação (MEC) em meados de 1990, a sexualidade primeiramente é abordada nas relações familiares, devendo haver uma formação de valores que a família espera que os adolescentes e crianças assumam. Para a escola cabe abordar os diferentes pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade, assim auxiliando o aluno na construção de entendimentos, posicionamentos e autorreflexão. Por isso, o trabalho realizado pela escola, é denominado Orientação Sexual, não substituindo e nem concorrendo com a função da família, mas complementando (BRASIL, 1998).

Terminologicamente sexualidade é a denominação empregada para aspectos da vida humana que inclui as sensações corpóreas e subjetivas que envolvem, também, as questões emocionais, físicas e psicológicas (MAIA, 2014). A vivência da sexualidade baseada em crenças, equívocos, preconceito e tabus impossibilita a compreensão e vivência da sexualidade com conhecimento e responsabilidade. Frente a estas colocações Ribeiro (2004, p. 24) explica que:

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases 'Darcy Ribeiro' em Dezembro de 1996, e com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais como linhas a serem seguidas para se concretizar a meta da educação para o exercício da cidadania, a Orientação Sexual teve um reconhecimento oficial de sua necessidade e importância enquanto ação educativa escolar.

Assim, mesmo frente ao reconhecimento da relevância da Orientação Sexual para a saúde física e psicológica das crianças e adolescentes, prevenção de situações como gravidez indesejada, contágio e transmissão de doenças e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), abuso sexual, preconceito e o respeito com o próprio corpo e com o outro, atualmente a Orientação Sexual nas escolas voltou a ser debatida nos diferentes âmbitos educacional, político e social devido ao movimento Escola sem Partido, que se posiciona contrário à abordagem de temas

como gênero e sexualidade nas escolas, afirmando que a responsabilidade da educação sexual é exclusiva da família.

A partir deste breve contexto, buscamos com esta investigação responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como a Orientação Sexual vem apresentada em documento curricular federal e do estado do Paraná?

A delimitação da pesquisa à documentação paranaense se deve exclusivamente ao fato de a pesquisadora ter sido escolarizada, residir e estar concluindo a licenciatura em uma instituição paranaense.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Analisar como a Orientação Sexual, Educação Sexual, Sexualidade e Gênero são apresentados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Referencial Curricular do Paraná e no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP).

### **2.2 Objetivos específicos**

- Analisar como são empregados os termos “Orientação Sexual”, “educação sexual” “sexualidade” e “gênero” na BNCC e nas orientações curriculares do Estado do Paraná.
- Levantar, por meio dos documentos curriculares nacionais e estaduais, entendimentos relacionados à sexualidade humana e o ensino preconizado nas escolas;
- Discorrer em relação a importância da Orientação Sexual nas escolas.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 A história da Orientação Sexual no ambiente escolar**

As discussões sobre a sexualidade humana ganharam distintos contornos dependendo do período da história brasileira, servindo, às vezes, como meio de justificação de ideologias e de controle social. Bezerra e Seifert (2010) explicam que a história da sexualidade no Brasil se divide em momentos marcantes, como o Brasil Colônia, quando a liberdade sexual se direcionava apenas aos homens com suas esposas e servas (normalmente, escravas e índias), enquanto as mulheres brancas eram dominadas e submetidas “[...] primeiro ao pai, depois ao marido, era reservado um comportamento acanhado e humilde, e aos quinze ou dezesseis anos já se casava, mas frequentemente com um senhor de quarenta, cinquenta ou sessenta anos” (RIBEIRO, 2004, p.16). Posteriormente, no século XIX, pautado em livros e manuais de inspiração higienista surgiram ações educativas direcionadas aos problemas de saúde pública e normatização da moral médica.

Assim, surge a partir da luta contra a masturbação e doenças venéreas, na década de 1920, reivindicações sobre Orientação Sexual à população, principalmente por meio das escolas. No ano de 1922, o intelectual brasileiro, Fernando de Azevedo (1894-1974), respondeu a um inquérito promovido pelo Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo sobre educação sexual, destacando a importância do ensino da matéria para o interesse moral e higiênico do indivíduo. Em 1928 ocorreu a significativa aprovação no Congresso Nacional da proposta de Orientação Sexual nas escolas, contudo a opinião contrária e a interferência religiosa, principalmente da Igreja Católica impediram ainda por muitos anos que a proposta fosse colocada em prática nas escolas. Em 1933 foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, que editou um periódico denominado Boletim que tinha como premissas a discussão da educação para a sexualidade (BOMFIM, 2009; CESAR, 2009).

Na década de 1960, importantes experiências ocorreram tanto nas escolas públicas quanto nas particulares e em 1968, a deputada do Rio de Janeiro Júlia Steimbruck, apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da Orientação Sexual em todas as escolas, apesar do apoio dos membros do Parlamento, intelectuais e educadores, o que prevaleceu foi a opinião do Comitê Nacional de Moral e Civismo, que rapidamente se pronunciou contrário a introdução da orientação sexual nas escolas. Em 1975, o interesse pela Orientação Sexual

reapareceu por causa das principais mudanças observadas no comportamento dos jovens, sob a influência de movimentos feministas e controle de natalidade (BOMFIM, 2009).

Conforme lembra Sayão (1997), em 1989, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, então sob a responsabilidade do professor Paulo Freire (1921-1997) implantou a Orientação Sexual inicialmente nas escolas de primeiro grau e depois na educação infantil. Depois disso, outras cidades começaram a inserir o tema sexualidade nas escolas.

Assim, por meio das premissas e normativas dos PCNs a sexualidade nos currículos das escolas brasileiras não deveria se caracterizar como uma nova disciplina, mas sim, um assunto transversal, integrado às diferentes matérias existentes (BOMFIM, 2009).

### **3.2 A importância da Orientação Sexual nas escolas**

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) compete à escola informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, de forma neutra, e mesmo compreendendo que a neutralidade total, é difícil ser atingida, orienta que deve existir um maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa (BRASIL, 1998).

Assim, ao abordar a Orientação Sexual nas escolas muitos assuntos necessitam de um tratamento específico, competindo ao professor flexibilidade e disponibilidade para pesquisa, planejamento a reflexão sobre a prática docente exercida junto aos estudantes. Ao questionar tabus e preconceitos ligados a sexualidade e trabalhar com conhecimentos e informações voltados para a promoção do bem-estar e da saúde, a Orientação Sexual e seus objetivos devem contemplar outros temas transversais, como por exemplo, ética, saúde, trabalho e consumo, pluralidade cultural e meio ambiente (BRASIL, 1998).

Para entendermos melhor a Orientação Sexual temos vários termos que precisam ser diferenciados, definidos e conceituados. O sexo é algo biológico macho ou fêmea com as características bioquímicas e fisiológicas estudadas pelas biociências (OKA; LAURENTI, 2018). Enquanto Carvalho, Rodrigo e Medrado (2005)

definem a sexualidade como aquilo que constitui o ser humano, estando intrinsecamente relacionada com o âmbito privado, mas também é o resultado das relações culturais, históricas e sociais estabelecidas ao longo da vida e que motiva os indivíduos a buscarem o afeto, o contato e a intimidade, e expressá-los de forma a interagir (SIMOES *et al.* 2015)

De acordo com Trindade e Bruns (1999 apud GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013) em nossa sociedade, a sexualidade não tem sido dialogada de modo que as pessoas sejam instruídas a conhecê-la e aprender que o seu exercício não é inadequado ou pecaminoso. Ainda segundo o autor o “não dialogar” facilita a exposição de adolescentes a situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, como gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis e traumas psicológicos e emocionais.

Outro termo que deveria ser abordado nas escolas é Gênero que é a construção social do sexo anatômico demarcando que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia dos seus corpos. Enquanto a identidade de gênero é a maneira como alguém se sente e se apresenta para si ou para os outros na condição de homem ou de mulher, ou ambos, sem que isso tenha necessariamente uma relação direta com o sexo biológico. É composta e definida por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Os sujeitos têm identidades plurais e múltiplas, que se transformam, que não são fixas ou permanentes. Os sujeitos se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas identidades de gênero (PARANÁ, 2010).

Em nosso trabalho o termo Orientação Sexual é entendido como resultados mais amplos em sexualidade humana e tem como objetivo a prevenção de abusos, contaminação, intolerância e preconceito, bem como a promoção do conhecimento e cuidados necessários com o corpo, o respeito e a reflexão sobre a própria sexualidade e do outro, valorização da autoestima e da identidade pessoal, sempre buscando atender às necessidades e curiosidades biológicas, culturais e étnicas que possam surgir (SANTOS; CARVALHO; CARMO, 2006).

Segundo Ramiro *et. al* (2011), a Orientação Sexual é a forma mais importante de prevenção de problemas relacionados com a saúde sexual dos jovens, constituindo um processo contínuo de aprendizagem e socialização que envolve a

socialização de informações e o desenvolvimento de atitudes relacionadas com o sexo e a sexualidade, promovendo atitudes e comportamentos saudáveis.

Dessa forma, Orientação Sexual não é um tema que busca apenas prevenir doenças e infecções sexualmente transmissíveis ou uma gravidez indesejada na adolescência. Segundo o MEC:

O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada. As informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas (BRASIL, 1998 p. 79).

Todavia, a Orientação Sexual abordada na escola ainda utiliza modelo centrado em aspectos biológicos e preventivos, abordando anatomia e fisiologia do sistema urogenital feminino e masculino, prevenção das DSTs/HIV/AIDS e métodos contraceptivos, gravidez não planejada na adolescência. Mas é preciso que a Orientação Sexual siga o modelo biopsicossocial onde as abordagens são mais amplas de maneira que os sentimentos, o prazer e o respeito às diversidades sexuais, questões e temáticas subjetivas e socioculturais sejam abordados quando se tratar o tema (MAMPRIN, 2009; VIERA, MATSUKURA, 2017).

Outro aspecto a ser considerado quando se fala de sexualidade, é a desigualdade entre homens e mulheres, como diz Bonfim (2009, p. 16)

As construções sociais acerca das relações de gênero reforçam a desigualdade existente entre homens e mulheres. A sexualidade da mulher tem sido vinculada, na maioria das vezes, à reprodução e não a satisfação pessoal, o sexo apresenta-se para a mulher como algo sujo, vergonhoso e proibido. Os homens em contrapartida são preparados para viver o prazer da sexualidade, convictos de que a atividade sexual é sinal de masculinidade e virilidade.

Segundo o PCN, a escola, ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, deverá incluir no seu projeto educativo, os princípios que determinam a postura diante das questões relacionadas à sexualidade como as manifestações na escola, e a escolha de conteúdo a serem trabalhados. Deverá sempre haver uma coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola. O trabalho sobre sexualidade se faz problematizando, questionando e ampliando os conhecimentos dos alunos (BRASIL, 1998)

A Orientação Sexual oferecida pela escola também deve trabalhar com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade, completando assim as informações que já possuem, sempre criando possibilidades de o aluno formar sua própria opinião, conhecer e respeitar a opinião alheia (BRASIL, 1998).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as escolas devem analisar e explicar as mudanças que ocorrem durante a puberdade, comparar o modo de ação e eficácia dos vários métodos anticoncepcionais e exemplificar que a responsabilidade pela escolha e uso do método mais adequado para prevenir a gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (IST) devem se dar junto com um profissional da saúde. No contexto escolar deve-se enfatizar ainda alguns dos principais sintomas, métodos de prevenção e transmissão e tratamento das IST, enfatizando múltiplos aspectos da natureza humana, como biológicos, socioculturais, éticos e morais (BRASIL, 2017).

A importância de se trabalhar esse tema nas escolas se mostra presente principalmente quando se observa os resultados apontados por pesquisas recentes que mostram a quantidade de jovens com ISTs, a quantidade de jovens grávidas, já que não é mais um problema familiar ou escolar mais um problema de saúde pública.

O relatório conjunto publicado em 2018 pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/OMS) e UNFPA/OMS aponta que na América Latina e no Caribe a taxa de gravidez por 1.000 nascidos de mulheres entre 15-19 anos é estimada em 65,5 nascimentos, e no Brasil esse número chega a 68,4 ou seja, o Brasil possui, hoje, a maior taxa de mães adolescentes da América Latina.

## **4 MATERIAIS E MÉTODOS**

### **4.1 Pesquisa bibliográfica e documental**

Este trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica e documental para os levantamentos de dados. A pesquisa bibliográfica é caracterizada como a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, podendo ser

realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes (PIZZANI et. al, 2012).

A pesquisa documental tem como fonte de dados documentos escritos ou não, utilizando métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (LAKATOS; MARCONI, 2003; SÁ- SILVA; ALMEIDA; GUIDANE, 2009).

## **4.2 Abordagem qualitativa**

A pesquisa qualitativa se caracteriza como uma busca para compreender um fenômeno que não pode ser quantificado, trabalhando significados, motivos, crenças e valores. Em uma pesquisa qualitativa pode-se utilizar uma variedade de procedimentos de constituição e análise de dados, um deles é a pesquisa documental (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015; DESLANDES; MINAYO; GOMES, 2009).

## **4.3 Constituição e análise dos dados**

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa documental, a partir da análise de documentos e orientações curriculares de caráter Nacional e paranaense, ou seja, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular do Paraná e Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). A identificação da abordagem do tema Orientação Sexual nestes documentos foi realizada mediante a busca das seguintes palavras-chave: Orientação Sexual, Educação Sexual, Sexualidade e Gênero.

A partir da constituição os dados foram analisados e apresentados de forma descritiva dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Conteúdo Bardin (1977), cujo objetivo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou, ainda, à recepção delas, interferência a qual recorre a indicadores quantitativos ou não. Entendemos que a Análise de Conteúdo contribui para a interpretação dos significados presente no conteúdo das mensagens emitidas pelos documentos curriculares.



Em relação à Análise de Conteúdo, foram utilizadas as cinco etapas descritas por Moraes (1999):

- Preparação das informações: os documentos a serem analisados devem ser preparados, identificando quais deles realmente são pertinentes de acordo com os objetivos da pesquisa;
- Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades: deve-se reler cuidadosamente os documentos, separando os trechos que são considerados pelo pesquisador como relevantes para sua pesquisa e os reescrevendo em um documento a parte;
- Classificação das unidades: os trechos separados como relevantes devem ser agora agrupados em categorias comuns entre eles;
- Descrição: inicia-se a escrita de uma síntese que expresse os resultados obtidos durante a análise documental;
- Interpretação: os dados são interpretados pelo autor, podendo essa interpretação ser explicitada na própria forma como a teoria está construída.

Dessa forma, após a seleção dos documentos que fariam parte do *corpus* da pesquisa, foi realizada a leitura, identificação dos termos chaves e descrição dos termos identificados de forma descritiva.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Base Nacional Comum Curricular- BNCC

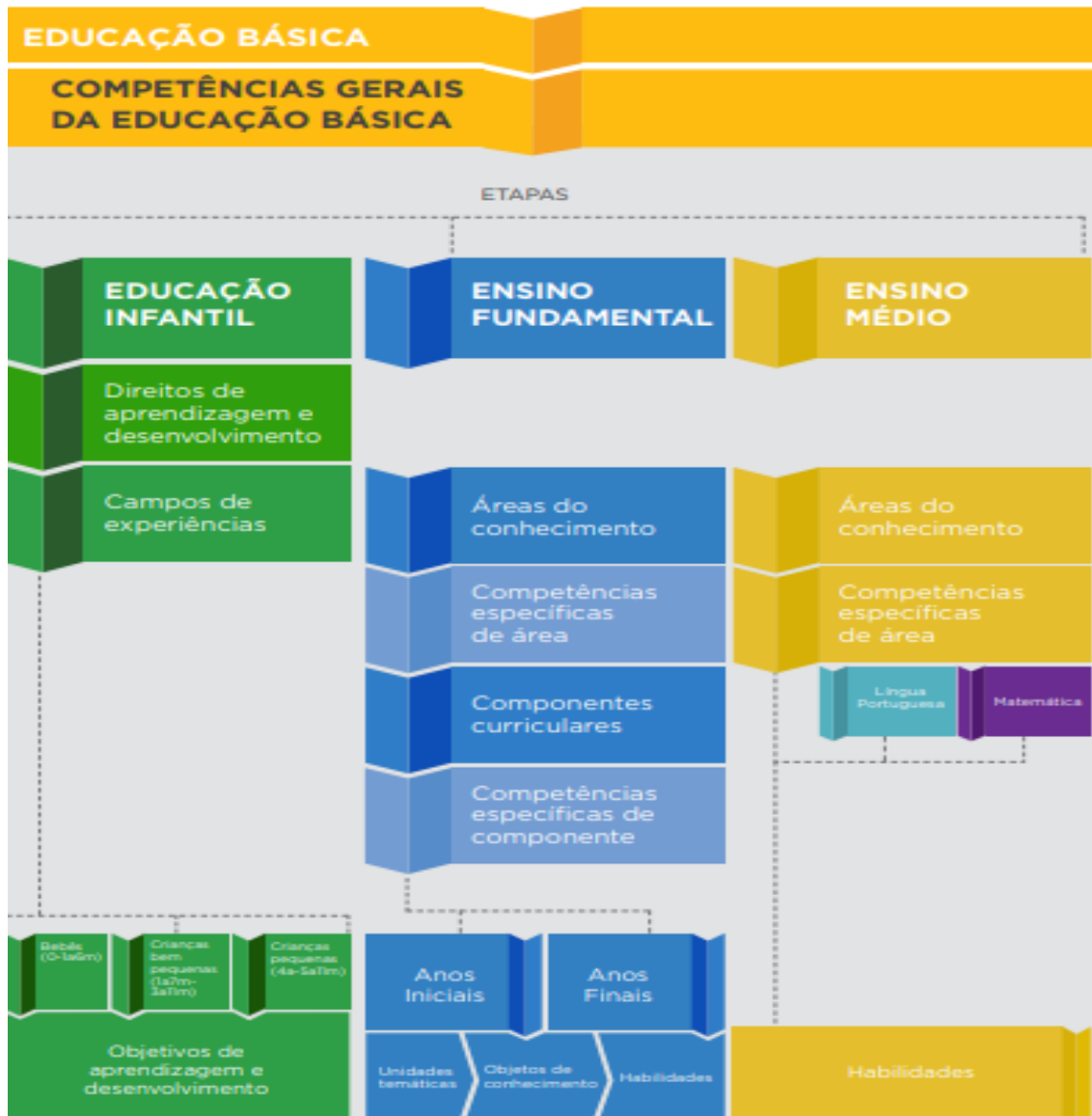
A primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) foi disponibilizada no dia 16 de setembro de 2015 e no dia 3 de maio de 2016 foi disponibilizado a segunda versão. A versão atual da BNCC foi entregue pelo Ministério da Educação e Cultura em abril de 2017, e em dezembro de 2017 ela foi homologada pelo então ministro da educação.



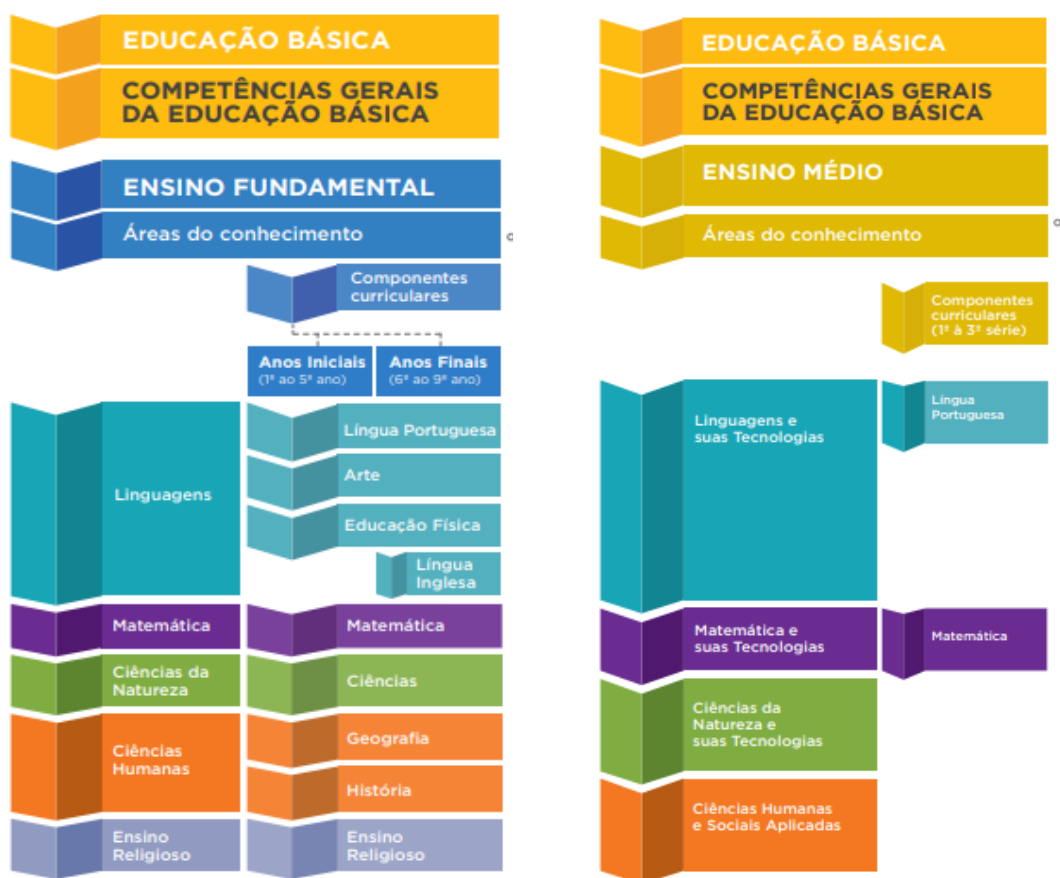
**Figura 1** - Capa da BNCC  
**Fonte:** BRASIL (2017).

Conforme apresentado no próprio documento, a BNCC (BRASIL, 2017) não se constitui no currículo em si, mas a base para seu desenvolvimento. No entanto, por ter força de lei, esse documento necessita assegurar certo grau de concisão e clareza, mas não pode ser desvinculado ao objetivo principal de um currículo, que apesar dos acordos de sentidos parciais e localizados para essa acepção, se refere à ideia de qual conhecimento deve ser ensinado e que tipo de pessoa você deseja cultivar para a sociedade.

As competências gerais da BNCC estão organizadas conforme as etapas de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio), conforme pode ser observado nas figuras 2 e 3:



**Figura 2 - Organização da BNCC para educação básica**  
**Fonte: BRASIL, 2017**



**Figura 3:** Organização da BNCC para educação básica (continuação).  
**Fonte:** BRASIL, 2017

Conforme apresentado nos procedimentos metodológicos da pesquisa, para a análise da BNCC (BRASIL, 2017), utilizou-se as palavras chaves “Orientação Sexual”, “Educação Sexual”, “Sexualidade” e “Gênero”, sendo os resultados expostos no quadro 1.

Foi possível constatar ausência dos termos “Orientação Sexual”, “Educação Sexual” e “Gênero” nas 600 páginas que compõem a BNCC (BRASIL, 2017) e a utilização do termo “sexualidade” em apenas três momentos: na página 327 quando é apresentada a unidade curricular Ciências, na página 348 quando é apresentado como objeto de conhecimento do oitavo ano os “Mecanismos reprodutivos e Sexualidade” e na página 349 na habilidade de Ciências EF08CI11 para os oitavos anos. Nos PCNs a Orientação Sexual foi apresentada como um tema transversal, ou seja, fazendo a conexão com as diferentes áreas do conhecimento, na BNCC ficou restrita a área de Ciências.

**Quadro 1:** Análise dos dados

<b>Base Nacional Comum Curricular</b>			
<b>Palavras-chaves</b>	<b>Presença no texto</b>	<b>Página(s)</b>	<b>Transcrição</b>
Orientação sexual	0	-	-
Educação sexual	0	-	-
Gênero	0	-	-
Sexualidade	3	327	“Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira”
		348	Objeto de conhecimento do oitavo ano: “Mecanismos reprodutivos e Sexualidade”
		349	Habilidades do oitavo anos: “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”

**Fonte:** Freitas (2021)

Iniciou-se a busca pela etapa da educação infantil, que se encontra dividida pela idade. No campo de experiências “Corpo, gestos e movimentos”, crianças até 5 anos e 11 meses em que é tratado hábitos de autocuidado relacionados à higiene, alimentação, conforto e aparência.

A etapa do ensino fundamental encontra-se dividida pelos anos, nas competências e conteúdos estruturantes dos anos iniciais do ensino fundamental, a área de ciência da natureza traz no primeiro ano a importância de discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo são necessários para a manutenção da saúde, e a comparação das características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças. Nos outros anos do ensino fundamental anos iniciais não traz nada relacionado a sexualidade (BRASIL, 2017).

Nos anos finais do ensino fundamental, mais especificamente no oitavo ano, a Orientação Sexual por assim dizer, é apresentada na unidade temática vida e evolução, tendo como objetos do conhecimento mecanismos reprodutivos, e sexualidade. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017) as habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares, essas habilidades são:

- Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.
- Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
- Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
- Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
- Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017, p. 349).

Assim, constatou-se que a abordagem da sexualidade se encontra restrita ao contexto do oitavo ano do Ensino Fundamental, figurando ao lado de conteúdos relativos a mecanismos reprodutivos, puberdade, gravidez e infecções sexualmente transmissíveis, sendo apresentada pela BNCC somente em sua dimensão biológica, na qual são salientados conteúdos vinculados à anatomia e à fisiologia da reprodução humana.

Na BNCC a etapa do ensino médio é dívida em três competências principais: fenômenos naturais e processos tecnológicos, dinâmica da vida, terra e cosmos e situações problemas. Em nenhum dos conteúdos das três competências, é citado algo sobre educação e/ou orientação sexual, gênero ou sexualidade (BRASIL, 2017).

Na página 327 o documento faz menção aos autocuidados com o corpo e cuidados com a saúde sexual e reprodutiva:

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva (BRASIL, 2017, p. 327).

De forma geral foi possível identificar que a BNCC (BRASIL, 2017) evitou discussões relacionadas as temáticas sexuais, em vez disso, concentrou seu texto nas listas de conteúdo e competências que devem ser desenvolvidas. Termos como “desenvolver”, “participar”, “cuidar”, “relacionar”, “debater”, “produzir”, “apropriar-se” na BNCC, mostram um panorama bastante genérico e vazio de significado em relação as abordagens da sexualidade humana, cuidados com o próprio o corpo e respeito às diferenças.

## **5.2 Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações**

A rede pública estadual de ensino apresenta um histórico de reflexão quanto à construção de currículos. Nos anos de 1980, foi elaborado o Currículo Básico do Estado do Paraná, o qual implementou o Ciclo Básico de Alfabetização e o Projeto de Reestruturação do Ensino de 2º Grau, atual Ensino Médio. A partir do ano de 2003, foi iniciado o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino do Paraná, publicada no ano de 2008. Em 2010, houve a construção do documento Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais, em 2011, a publicação do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, acompanhamento da apropriação dos conteúdos trabalhados nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O documento curricular vigente hoje é o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, que foi publicado em 2018 e tem como base a BNCC (PARANÁ, 2018).

A proposta no Estado do Paraná foi a construção, em regime de colaboração entre estado e municípios, de um referencial curricular único, com o objetivo de estabelecer o direito de aprendizagem de todos os alunos do estado em uma perspectiva justa, ou seja, garantir as condições necessárias para que a aprendizagem possa ocorrer (PARANÁ, 2018).

## REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ: PRINCÍPIOS, DIREITOS E ORIENTAÇÕES



**Figura 4** - Capa do Referencial curricular do Paraná  
Fonte: PARANÁ, 2018.

Segundo o Referencial Curricular do Paraná (2018, p. 11):

A contextualização legal para a implantação da BNCC, um breve histórico da educação paranaense, os princípios orientadores que devem balizar a elaboração dos currículos escolares e a definição dos direitos e objetivos de aprendizagem, por etapas e anos de escolaridade, segundo suas especificidades.

Esse documento estadual está organizado em 901 páginas e segue a mesma estrutura da BNCC, apresentando como objetivo promover a discussão sobre os princípios e direitos básicos dos currículos estaduais e avaliação sobre a transição entre as fases de aprendizagem (PARANÁ, 2018).

Conforme procedeu-se com a BNCC, utilizou-se as palavras chaves “Orientação Sexual”, “Educação Sexual”, “Sexualidade” e “Gênero”, sendo os resultados expostos no quadro 1.

Foi possível constatar ausência dos termos “Educação Sexual” e “Gênero” e a utilização do termo “sexualidade” em três momentos, similarmente ao termo “orientação sexual” que também foi empregado três vezes, conforme apresentado no quadro 2.



Quadro 2: Análise dos dados

Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações			
Palavras-chaves	Presença no texto	Página(s)	Transcrição
Orientação sexual	3	11	"[...] a proteção e a promoção de direitos de crianças e adolescentes; a educação das relações étnico-raciais: a educação escolar quilombola; a educação escolar indígena; a educação ambiental; a educação do campo; a educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, as temáticas de identidade de gênero e orientação sexual na educação; a inclusão educacional das pessoas com deficiência e a implementação dos direitos humanos de forma geral no sistema de ensino brasileiro (BRASIL, 2013, p. 519)"
		14	"Tão importante quanto assegurar o direito à educação dos estudantes, é reconhecer e valorizar sua diversidade, a qual apenas começou a ser vista e percebida com o advento da democratização do acesso à educação, que permitiu a entrada na escola de estudantes com aspectos e características diversas. Sua origem social e étnica, sua orientação sexual, gênero, crenças e interesses devem ser igualmente respeitados para que o acesso à educação seja também permanência e sucesso".
		339	"Compreender a Educação Física a partir de um contexto mais amplo significa entendê-la na sua totalidade, ou seja, compreender que exerce influência e também é influenciada pelas interações que se estabelecem por meio das relações sociais, culturais, políticas, econômicas, religiosas, étnicoraciais, de orientação sexual, de gênero, de geração, de condição física e mental entre outras, enfatizando o respeito à pluralidade de ideias e à diversidade humana. Diante disso, a ação pedagógica da Educação Física deve estimular o acesso e a reflexão ao acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal por meio de Jogos, Brincadeiras, Danças, Lutas, Ginásticas, Esportes, Práticas corporais de aventura, dentre outras, levando em consideração o contexto sociocultural da comunidade educativa"
Educação sexual	0	-	-
Gênero	0	-	-
Sexualidade	3	18	"Da mesma forma as reflexões coletivas sobre o currículo escolar produziram avanços na concepção de educação e diversidade, consolidados a partir da articulação dos conhecimentos escolares no campo das relações étnico-raciais, de gênero, das sexualidades, da territorialidade e outros aspectos da diversidade sociocultural e das questões socioambientais que não podem deixar de estar presentes no momento da construção dos currículos das redes e/ou instituições de ensino"
		331	Objeto de conhecimento do oitavo ano: "Sistemas biológicos; Mecanismos reprodutivos; Sexualidade"
		349	Objetivos de aprendizagem ao oitavo anos: "EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)"

Fonte: Freitas (2021)

O termo “orientação sexual” é empregado na página 11, quando é feita uma citação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), na página 14, no texto introdutório do documento, e na página na página 339 quando é apresentado como o texto introdutório da unidade curricular Educação física. Essas citações sobre orientação sexual são voltadas a diversidade sexual, e afetiva, não sendo citado de maneira a se pontuar a importância da educação para sexualidade.

Já o termo “sexualidade” é empregado na página 18 no texto introdutório do documento, na página 331 quando é apresentado o objeto de conhecimento do oitavo ano: “Sistemas biológicos; Mecanismos reprodutivos; Sexualidade” e na página 349 quando são apresentados os objetivos de aprendizagem ao oitavo anos: “EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (PARANÁ, 2018).

De modo geral o Referencial curricular do Paraná mesmo tendo a BNCC como base, é mais abrangente em relação a BNCC e mais restrito em relação aos PCNs, porque toca nos temas espinhosos dos estudos em sexualidade. Com isso pode-se dizer que o assunto é trabalhado de maneira rasa, fazendo com que a aprendizagem dos alunos em relação a assuntos ligados a sexualidade seja realizada de maneira frívola.

### **5.3 Currículo da Rede Estadual do Paranaense (CREP)**

Outro documento estadual que complementa a estrutura curricular é o Currículo da Rede Estadual do Paranaense (CREP), que visa complementar e reorganizar a estrutura curricular do estado para atender às principais necessidades e características de nossa rede de ensino segundo o BNCC. Enumera recomendações de conteúdos e diretrizes adequadas à realidade de nosso país, que servem de base para as competências e habilidades básicas da trajetória de desenvolvimento dos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental (PARANÁ, 2019).



**Figura 5** - Capa do Currículo da Rede estadual Paranaense

**Fonte:** PARANÁ, 2019

O documento está organizado em nove componentes curriculares (Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática) e duas etapas (anos iniciais e anos finais) e são o apresentados quadros curriculares do 1º ao 9º ano disciplina, com colunas de unidades temáticas, objetos de conhecimento, códigos (para organização do documento), objetivos de aprendizagem e sugestões de conteúdo com divisões por trimestres.

Na análise foi possível identificar que os termos “Orientação Sexual”, e “Educação Sexual” não constam no documento, conforme apresentado no quadro 3:

**Quadro 3:** Análise dos dados

<b>Currículo da Rede Estadual Paranaense</b>			
<b>Palavras-chaves</b>	<b>Presença no texto</b>	<b>Página(s)</b>	<b>Transcrição</b>
Orientação sexual	0	-	-
Educação sexual	0	-	-
Gênero	1	6	'Lei 16.454/2010 - Gênero e diversidade sexual'
		26, 27 e 28	Objeto de conhecimento: “Sistemas biológicos. Mecanismos reprodutivos. Sexualidade”
		28	Orientações de conteúdos: “Dimensões da sexualidade humana”

Sexualidade	20	28	“PR.EF08CI11.a.8.18 Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”
-------------	----	----	--

Fonte: Freitas (2021)

Ao apresentar os encaminhamentos metodológicos para componente curricular Ciências consta no CREP da unidade curricular Ciências para os anos finais:

Observamos que as Unidades Temáticas, elencadas anteriormente, permeiam diversos assuntos, com conceitos do mundo Biológico, Físico e Químico. Nesse aspecto, o componente curricular de Ciências possibilita a integração de variados componentes curriculares do Ensino Fundamental, permitindo ao estudante a sua formação integral. Além disso, ressaltamos a importância da inserção de temas obrigatórios na educação escolar, os quais foram instituídos por legislações das esferas federal e estadual, as quais devem ser cumpridas com ações didático-pedagógicas dentro das possibilidades teóricas de cada componente curricular. Assim, destacamos algumas sugestões para a atuação do professor (PARANÁ, 2019, p. 06)

Logo em seguida o documento cita a Lei 16.454/2010 - Gênero e diversidade sexual, sendo está a única vez que o termo “gênero” aparece no documento. Já o termo “sexualidade” foi empregado 20 vezes como “objetos de conhecimento” para a unidade temática “vida e evolução” nas orientações para os conteúdos: O corpo humano: organização e interações saúde e qualidade de vida; Nutrição; Sistema digestório; Sistema cardiovascular; Sistema linfático; Sistema imunitário; Sistema respiratório; Sistema urinário; Sistema endócrino; Processos reprodutivos; Adolescência; Processos reprodutivos humanos: anatomia e fisiologia; Processos reprodutivos humanos: anatomia e fisiologia; Métodos anticoncepcionais; Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs); Processos reprodutivos humanos: anatomia e fisiologia; Gestação e Dimensões da sexualidade humana. Dando ênfase ao modelo biológico em relação ao modelo Biopsíquico social.

Em “dimensões da sexualidade humana” também é apresentado como objetivo de aprendizagem (habilidade) “PR.EF08CI11.a.8.18 Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”.

De forma geral, foi possível perceber que o processo de transposição da BNCC para o documento estadual CREP ocorreu ampliação das descrições e

direcionamentos relacionados à sexualidade humana. Assim, embora o CREP seja um documento que se origine da BNCC (BRASIL,2017), no documento ocorrem menções às Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e legislações nacionais, de modo a orientar o percurso da docência de Ciências nas séries finais no Ensino Fundamental.

## 6 DISCUSSÃO

Tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto nos documentos curriculares do estado do Paraná, o termo “Educação Sexual” não foi empregado. Similarmente o que ocorreu com “gênero” que foi mencionado uma única vez no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) mas, apenas como menção à Lei 16.454/2010 - Gênero e diversidade sexual, ou seja, o termo também esteve presente apenas como premissa da normativa legal de 2010 e não como diretriz ou orientação para o processo de ensino e aprendizagem escolar.

No que diz respeito ao termo “orientação sexual” esteve presente somente no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, com três utilizações: ao serem citadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), na parte introdutória sobre a valorização da diversidade social, étnica, sexual e religiosa e no texto introdutório da unidade curricular Educação Física, ao ser abordada a importância do respeito à pluralidade de ideias e à diversidade humana.

O termo mais utilizado nos documentos que compuseram o *corpus* da investigação foi “sexualidade”, com três utilizações na BNCC e no Referencial Curricular do Paraná e vinte utilizações no CREP (Currículo da Rede Estadual Paranaense). Todavia, dessas vinte utilizações, dezoito foram apenas como identificação dos “objetos de conhecimento” da unidade temática “vida e evolução”. Dessa forma, pode-se dizer que o termo foi empregado de forma descritiva apenas nas orientações do conteúdo “Dimensões da sexualidade humana” e seus objetivos de aprendizagem (habilidades a serem desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem escolar).

Assim, o levantamento permitiu identificar que o “silenciamento” relacionado à sexualidade humana foi ligeiramente menor nos documentos estaduais, ao serem

citadas normativas legais antecedentes e relações com conteúdo das unidades curriculares Ciências e Educação Física, situação está que, em última instância, poderá colaborar para a manutenção de misoginia, homofobia, lesbofobia, transfobia no ambiente escolar nacional.

Pesquisadores que realizaram análise das distintas versões da BNCC relatam que, no decorrer do processo para aprovação da versão definitiva ocorreu a verticalização das tomadas de decisão, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade (SILVA, 2020). Assim, a Comissão Nacional de Educação teria eliminado esses termos do documento. Objetos de conhecimento que se propunham a problematizar questões de gênero, físicas e sexuais e discutir e analisar as causas da violência contra grupos marginalizados (negros, indígenas, mulheres, homossexuais) também teriam sido excluídos, especialmente do currículo dos componentes curriculares, Educação Física, Artes e História, nesse sentido, enfatiza-se a relevância de pesquisas futuras com as diferentes versões da BNCC e diferentes componentes curriculares.

Carreira (2019) destaca que apesar de terem sido abertas consultas públicas para a elaboração do texto da BNCC, diversas questões, como gênero e sexualidade, contidas nas primeiras versões do texto, foram suprimidas do texto final do documento, seja por questões político-ideológicas, religiosas ou por intenderem como algum tipo de doutrinação, nesse caso, conforme as ideologias dos ocupantes de cargos públicos majoritários.

A Orientação Sexual e as discussões sobre Gênero e identidade não podem ser confundidas com qualquer tipo de doutrinação moral ou ideológica, mas devem estar associadas, ao desenvolvimento da cidadania, devendo ser entendida como uma ferramenta essencial para o cuidado da saúde de crianças e adolescentes, precisando ser incluída como uma prática regular e sistematizada (FURLANETTO et al., 2018).

Conforme enfatizado por Camelo (2019) um dos movimentos que potencializou a retirada das palavras gêneros, educação e orientação sexual da BNCC e de outros documentos normativos da educação nacional teria sido o Movimento Escola Sem Partido (ESP) que surgiu em 2003, primeiramente como um movimento social criado por Miguel Nagib, advogado e Procurador de Justiça do

Estado de São Paulo, se tornando um projeto de lei primeiramente em 2014, a pedido do deputado estadual do Rio de Janeiro Flavio Bolsonaro.

Assim, o Escola Sem Partido surgiu como um movimento conservador que se intitulou como uma iniciativa conjunta de alunos e pais preocupados com a poluição política e ideológica das escolas e universidades brasileiras (COSTA; SILVA, 2019).

Um dos pilares desse projeto diz respeito à educação moral das crianças como afirma Lima e Peroni (2018, p.129) “[...] Fica evidente que a maior preocupação em relação à educação moral das crianças reside no que os conservadores vieram a chamar de ideologia de gênero [...]”.

Ainda segundo Costa e Silva (2019) houve em torno de 46 projetos de leis (PL) que proíbem a discussão de temas de gênero ou orientação sexual nas escolas e materiais didáticos. O mais conhecido desses PLs é o 1859/2015, que pretende acrescentar um parágrafo ao terceiro artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde a educação não poderá desenvolver diretrizes educacionais e curriculares, nas disciplinas obrigatórias ou opcionais, que tendem a aplicar a ideologia de gênero.

O impedimento de tratar dos temas Gênero e Sexualidade constitui-se como prejudicial para os espaços educativos e ainda, contrários aos princípios do pluralismo de ideias e do respeito à liberdade e apreço à tolerância, previstos na LDB Lei Federal n.9394/1996 (LIMA; PERONI 2018).

Nesse contexto, ao direcionar e/ou limitar a aprovação de documentos normativos da educação nacional o movimento ESP tem afetado o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido nas escolas ao proibir a veiculação de conteúdos que julgam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus familiares. Essas ações podem contribuir com a perpetuação do ensino mecanicista e descontextualizado com as questões culturais, políticas, sociais e econômicas, bem como com a formação de indivíduos alheio às diferenças e reprodutores das injustiças sociais com grupos discriminados socioculturalmente (FRIGOTTO, 2017).

## **7 CONCLUSÕES**

Neste trabalho foi realizado uma investigação junta BNCC e documentos curriculares do estado do Paraná, documentos estes, que tem como base o documento nacional. Assim, buscou-se identificar como temas relacionado à sexualidade humana são abordados nesses documentos curriculares e, conseqüentemente, como pode ser abordado nas escolas.

As leituras e análises possibilitaram compreender que desde o início da educação nacional, os temas relacionados à sexualidade humana sofreram interferências e inferências sociais, políticas, religiosas e culturais, por indivíduos e grupos conservacionistas e extremistas. Mais mesmo com todo esse silenciamento, muitos educadores, pesquisadores, políticos e profissionais da área da saúde, direitos humanos e igualdade de gênero se dedicaram ao entendimento e divulgação da importância da Orientação Sexual nos currículos escolares.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em meados da década de 1990 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já preconizavam um ensino escolar direcionado à formação de um cidadão contemporâneo capaz de compreender e se posicionar perante a diversidade na sociedade em que está inserido (BRASIL, 2006). Nesse sentido, ao concluírem a Educação Básica de Ensino, os indivíduos deveriam ter adquirido a formação necessária e as competências específicas que lhes permitissem entender, intervir e participar de diferentes contextos e situações de autocuidado e relações socioculturais. Assim, inúmeros pesquisadores da área de Ensino de Ciências enfatizam a importância de um processo de ensino e aprendizagem escolar no qual os conceitos não sejam abordados de forma fragmentada, desarticulada e vazia de significados, sem relevância e motivação para o entendimento estudantil, mas capaz de propiciar a formação de um cidadão consciente e atuante.

Nesse contexto, os PCNs já recomendavam que as práticas pedagógicas estivessem voltadas para o incremento de competências por meio do desenvolvimento de habilidades, devendo o processo de ensino e aprendizagem estar aliado à interdisciplinaridade e a transversalidade (BRASIL, 1998). Assim, já se clamava por um ensino escolar capaz de possibilitar a compreensão, a discussão dos conhecimentos e a promoção do senso crítico em relação aos conhecimentos escolares, bem como suas implicações na sua vida cotidiana e na sociedade.



Todavia, esse processo de ensino e aprendizagem ativo e significativo parece estar sendo silenciado por movimentos extremistas capazes de promover alterações em documentos normativos nacionais, como é o caso da BNCC. Frente a essa realidade, sugere-se que pesquisas relacionadas a documentos e práticas curriculares continuem sendo desenvolvidas, de modo a evidenciar “silenciamentos” e necessidade de alterações.

As informações contidas nessa análise precisam ser entendidas em seus limites, elas não são o ensino que acontece nas salas de aula, apenas exprimem uma análise indicativa dos modelos de Orientação Sexual explicitados na legislação educacional recente, ou seja, em documentos e orientações curriculares federais e estaduais.

A título de pesquisas futuras, sugere-se investigações sobre os currículos dos cursos de formação de professores, de modo a evidenciar como são percebidas e abordadas temáticas como a sexualidade humana e como estas podem vir a ser empregadas no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, mesmo frente a ausência de normativas curriculares.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo: Edições 70 Ltda. **Lisboa Portugal**, 1977.
- BRASIL, M. E. C. Base nacional comum curricular. **Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica**, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): apresentação dos temas transversais e ética. v. 8. Brasília, DF: MEC, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais: orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- BEZERRA, M. F.; SEIFERT, C. Uma apresentação reflexiva da sexualidade humana no espaço escolar: da negação a emancipação erótica. *Sciencult.* v. 2, n. 1, p. 287-293, 2010.
- BONFIM, S. S. **Orientação sexual escolar: tabus e preconceitos um desafio para gestão**. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-SANDRA-SOUZA-BONFIM.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/41](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41). Acesso em: 14 abr. 2021.
- CAMELO, Edgar Antônio Nery Alves et al. O programa “escola sem partido” em Goiânia: implicações e consequências para a educação pública. 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10125/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Edgar%20Anto%C3%B4nio%20Nery%20Alves%20Camelo%20-%202019.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- CARVALHO, Alysson Massote; RODRIGUES, Cristiano Santos; MEDRADO, Kelma Soares. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 10, p. 377-384, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n3/a06v10n3.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CARREIRA, Denise. Gênero na BNC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In: CASSIO, Fernando; CATELLI JR., Roberto (org.) Educação é a base? 23 educadores discute a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019. 320p.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em revista**, p. 37-51, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KJYWKvFypgHjzbMtm4MvwDv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.

COSTA, Regina Rodrigues; SILVA, Aínda Monteiro. Abordagens de gênero e sexualidade. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 13, n. 26, p. 499-512, 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/936/pdf>. Acesso em 12 mar. 2021.

DA SILVA SANTOS, C.; DE CARVALHO, C. F.; DO CARMO, E. H. Educação sexual: orientar para prevenir. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9905/1/40350841.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Laboratório de políticas públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas Brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo. v. 48 n. 168 p. 550-571, abr./ jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, out. 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/784/741>. Acesso em: 15 mar. 2021.

GONÇALVES, M. C.; GONÇALVES, J. P. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e Determinações em contexto social. **Revistas ciências humanas**, Taubaté, v. 14, n. 25, 2021. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/600/382>. Acesso em: 04 out. 2021.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa, **Investigação qualitativa em educação**, v. 2, p. 243- 247, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 09. abr. 2021.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, P. V.; PERONI, V. M. V. Escola Sem Partido e as implicações para a democratização da educação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 44, p. 121-136. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4009>. Acesso: 15 mar. 2021.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e educação sexual**. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unespnead\\_reei1\\_ee\\_d06\\_s03\\_texto02.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unespnead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf). Acesso em: 04 out. 2021.

MAMPRIN, A. M. P. A importância da educação sexual na escola para prevenção de conflitos gerados por questões de gênero. **Londrina: Universidade Estadual de Londrina**, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1940-8.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: [http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise\\_de\\_conteudo\\_moraes.html#\\_ftn1](http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html#_ftn1). Acesso em: 30 set. 2021.

MOZENA, E. R.; OSTERMANN, F. Sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Ensino de Física. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 33, n. 2, p. 327-332, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2016v33n2p327>. Acesso em 18 out. 2021.

MINAYO, M. C. de S.; DERLANDES, S.; GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria Método e prática*. **Petópolis: Editora Vozes**, 2009.

OKA, M.; LAURENTI, C. **Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico exploratório das ciências da saúde**. *Saúde social*, São Paulo, v.27, n.1, p.238-251, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2018.v27n1/238-251/pt>. Acesso em 04 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **América Latina e Caribe tem a segunda taxa mais alta de gravidez na adolescência do mundo, 2018**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-2-2018-america-latina-e-caribe-tem-segunda-taxa-mais-alta-gravidez-na-adolescencia-no>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PARANÁ. Secretaria de estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Gênero e diversidade Sexual**, PR: SEED/PR,2010. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce\\_diversidade.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf). Acesso em: 10 nov.2021

PARANÁ. Secretaria de estado da Educação. **Referencial curricular do Paraná**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial\\_curricular\\_parana\\_cee.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf). Acesso em: 27 out. 2021.

PARANÁ. Secretaria de estado da Educação. **Currículo da rede estadual paranaense (CREP)**, 2019. Disponível em: [https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-05/crep\\_ciencias\\_2021\\_anos finais.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_ciencias_2021_anos finais.pdf). Acesso em: 28 out. 2021

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 09 abr. 2021.

RAMIRO, L. et al. Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. **Revista Portuguesa de saúde pública**, Lisboa, v. 29, n. 1, p. 11-21, jan. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpsp/v29n1/v29n1a03.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

RIBEIRO, P. R. M. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história e ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SAYÃO, Y. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, J. G. (Coord.) Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas, São Paulo, Summus, 1997. p. 107-118.

SILVA, E. L. S. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC.

**Histórias**, v. 8, n. 16, p. 138-161, jul./dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/31928/27779>. Acesso em: 29 out. 2021.

SIMOES, R. *et al.* Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). Associação Médica Brasileira (AMB). Birth route in case of cesarean section in a previous pregnancy. **Rev Assoc Med Bras**, v. 61, n. 3, p. 196-202, 2015. Disponível em: [https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/07-SEXUALIDADE\\_NA\\_ADOLESCENTE.pdf](https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/07-SEXUALIDADE_NA_ADOLESCENTE.pdf). Acesso em: 01 abr. 2021.

VIERA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 453-474, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LVjDxGRKtkZTwX4kSNzmQ8v/?format=pdf>. Acesso em: 06 dez.2021.